

Escola de Administração de Empresas de São Paulo  
Fundação Getúlio Vargas

Relatório Final da Pesquisa CNPQ

*Relatório Final*

**PAPEL DA MULHER**  
**NA ECONOMIA BRASILEIRA**

Aluno: Fábio Hanaoka

Orientadora: Prof. Dra. Leda Maria Vieira Machado

*relatório final aprovado*



*(Leda Maria Vieira Machado)*

FSJ

## INTRODUÇÃO.

Esta pesquisa teve como questão principal estudar as razões, mecanismos e condições de inserção de homens e mulheres na economia, enfatizando a existência de áreas de atuação masculinas e femininas bem delineadas e separadas pela influência da questão de gênero. Para se atingir tal objetivo, torna-se fundamental conhecer a estrutura do mercado de trabalho, as formas contínuas de arranjo e rearranjo de suas atividades, bem como os papéis destinados ao homem e à mulher.

## CONCEITOS TEÓRICOS.

Nenhum estudo tem condições de ser bem realizado sem o uso de um instrumental teórico adequado, o qual fundamentará interpretações elaboradas a respeito dos dados e situações enfrentadas ao longo da pesquisa; em nosso caso, o estudo foi estruturado em torno da questão de gênero. Isto significa estudarmos a problemática a partir de uma visão conjunta da situação de homens e mulheres, sem perdermos de vista a perspectiva que considera “as relações socialmente construídas entre eles” e que é conceituada como gênero (Machado, 1995: 59).

Gênero e sexo são conceitos distintos, de implicações diversas, ainda que frequentes confusões e usos impróprios ocorram em torno dos mesmos. Sexo é definido por O' Brien (1981: 13) como:

“um instinto, impulso, um ato em resposta a este impulso, um gênero, um papel, uma explosão emocional ou uma variável causal”. Ou seja, sexo é uma categoria biológica. Por outro lado, gênero extrapola o conceito de sexo, abrangendo aspectos psicológicos e culturais.

Conforme coloca Oakley (1972):

“Ser um homem ou uma mulher (...) é tanto uma questão de vestuário, gestos, ocupação, de relações sociais e de personalidade quanto de possuir determinada genitália”.

Dado que a mediação de todas as atividades humanas é feita pela cultura (Saffioti, 1994: 271), diferentes culturas não terão necessariamente as mesmas características femininas ou masculinas (Machado, *ibid*); portanto, é através de relações sociais e históricas que se estabelecem os padrões ditados para homens e mulheres, variáveis no tempo e no espaço. Belotti (1973: 8) ilustra bem a questão:

“ A cultura à qual pertencemos, como qualquer outra cultura, serve-se de todos os meios à sua disposição para obter dos indivíduos dos dois sexos o comportamento mais conforme aos valores que lhe interessa conservar e transmitir”.

A mesma autora afirma que estes estereótipos estão poderosamente arraigados em nós, sendo atribuídos às crianças antes mesmo de seu nascimento. Deste modo, “ como desde tempos imemoriais os machos são condicionados para a atividade e a agressividade e as fêmeas para a passividade e a submissão, daí se deduz que se trata de um fato natural ligado à biologia dos dois sexos” (*ibid*: 19).

Isto pode ser observado dentro do cotidiano, se considerarmos que os pais na maioria das vezes esperam das filhas maior afetuosidade, maior graciosidade, que se apresentem sempre bem vestidas, dispostas a ajudar nos trabalhos domésticos enquanto os garotos são sempre incentivados a mostrarem independência, impetuosidade e dureza nos sentimentos.

A importância dada ao estudo da questão de gênero, bem como à adoção de uma perspectiva de gênero para análises, torna-se de grande valia quando consideramos o debate sobre a subordinação da mulher e a divisão sexual do trabalho. Aliás, o termo divisão sexual do trabalho, frequentemente utilizado, deveria ser mais adequadamente denominado divisão do trabalho por linhas de gênero. Conforme coloca Machado, “todas as sociedades têm uma divisão do trabalho por linhas de gênero. Algumas

tarefas são destinadas à mulher e outras ao homem (exclusiva ou predominantemente) e outras a ambos. Esta divisão de tarefas muda de acordo com as transformações econômicas da sociedade, bem como a natureza do trabalho” (ibid: 61).

Historicamente pode-se dizer que a mulher de todas as épocas e lugares sempre contribuiu com seu trabalho. Considerando-se, por exemplo, as economias pré-capitalistas no estágio imediatamente anterior à Revolução Agrícola e Industrial, podemos verificar que as mulheres eram bastante ativas, participando com seu trabalho no campo, na manufatura, nas minas e lojas, nas oficinas. A partir do momento em que a família deixou de existir como unidade de produção (estamos nos referindo à produção industrial), o trabalho doméstico, que por influências de gênero foi destinado às mulheres passou a ser desvalorizado, subestimando-se sua real importância para a sociedade.

Com o aparecimento e desenvolvimento do processo de industrialização, as atividades ligadas à produção industrial ( e identificadas com o termo trabalho) passam a se desenvolver em lugares específicos, distintos da casa (Madeira & Singer, 1975). Este processo é definido como a separação entre o lar e o local de trabalho, onde o trabalho executado por toda família centralizou-se na oficina ou na fábrica. Além disso, estas transformações econômicas e sociais, conforme coloca Machado (1995), resultaram em oportunidades de emprego às mulheres em alguns setores tradicionais onde as mesmas executariam serviços semelhantes às tarefas domésticas.

Em geral, as mulheres quando jovens trabalhavam na indústria têxtil e nas cidades como produtoras de bens de consumo; após o casamento as mesmas ficavam restritas à produção de bens de uso enquanto os homens produziam bens de troca e apenas o trabalho deles era reconhecido e valorizado.

O mecanismo de atuação de gênero ocorre no âmbito do trabalho remunerado bem como do trabalho não remunerado. Dentro do trabalho remunerado, a segregação pode ser vertical ou horizontal. Na primeira forma

são destinadas à mulher funções não especializadas ou semi-especializadas. Quanto à segunda forma, a mesma existe quando a mulher exerce tarefas correlatas ao seu papel dentro da família, ou ainda quando exerce “tarefas de mulheres”, assim denominadas simplesmente pelo fato de que tradicionalmente eram as mulheres quem exerciam tais atividades. A autora também afirma que “a mulher geralmente recebe menos que o homem pelo mesmo tipo de trabalho e tende a ter relativamente piores condições de trabalho” (ibid).

Com relação à esfera não remunerada, também encontramos situações em que a divisão do trabalho por linha de gênero atua; na agricultura de subsistência, por exemplo, as atividades mais lucrativas são destinadas ao homem, relegando à mulher as tarefas menos rendosas. No trabalho doméstico, toda a responsabilidade passa a ser da mulher, seja no seu papel de administrar o lar, ou criar e educar às crianças, constituindo um trabalho altamente desvalorizado e também um fator de restrição ao ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Existem teorias um tanto quanto controversas que procuram explicar as relações estabelecidas entre o trabalho assalariado bem como o trabalho doméstico de um lado, e o capital do outro. Uma das teorias afirma que tanto o trabalho assalariado quanto o trabalho doméstico trazem benefícios ao capital. No primeiro caso, as mulheres ganham menos que os homens e portanto propiciam que o capital consiga extrair lucros maiores; além disso, as mulheres formariam um exército industrial de reserva, convenientes nos momentos de expansão, quando seriam empregadas, e nos períodos de crise, quando seriam demitidas. Quanto ao trabalho doméstico, Minge (1986: 14) mostra que as crianças passam a ser educadas para a formação do trabalhador especializado, e a família exerce um papel importante, uma vez que é a mesma quem paga a maior parte do custo de reprodução do trabalhador educado.

Embora neste presente estudo em nenhum momento se abordou a questão da consciência feminina ou a organização das mulheres em torno de bandeiras de luta, pode-se afirmar que muitas das reivindicações propostas

estão bastante relacionadas com a questão de gênero. Conforme coloca Carneiro (1994: 187):

“ (...) se é verdadeiro que homens e mulheres podem desempenhar as mesmas funções ao nível do mercado de trabalho, há que se lutar para que homens e mulheres tenham salários iguais para funções iguais e assegurar também às mulheres o acesso às ocupações superiores no mercado de trabalho.

Se é verdadeiro que homens e mulheres podem desempenhar as mesmas funções, há que se lutar para que a educação formal ministrada pelas escolas não mais reproduza os estereótipos que direcionam as meninas apenas para as atividades consideradas femininas, introduzindo nos livros didáticos e demais instrumentos pedagógicos tanto a crítica a esses modelos quanto a proposta de tratamento igualitário a homens e mulheres.

Se é verdadeiro que a diferença biológica não significa desvantagem, vamos questionar, enquanto mães, professoras, etc, nosso papel de reprodutoras da ideologia discriminatória contra a mulher ”.

## METODOLOGIA

Empregou-se como metodologia a revisão bibliográfica de textos, obras e “papers” relacionados à questão de gênero e ao mercado de trabalho feminino bem como dados secundários quantitativos estatísticos obtidos em institutos e fundações tais como IBGE, PNAD, Fundação SEADE. O objetivo a ser alcançado foi o de constataremos, através da análise dos dados sobre o mercado de trabalho (PEA, inserção nos setores primário, secundário e terciário, profissões exercidas, comparações de renda entre homens e mulheres, etc), a influência do gênero sobre a atuação da mulher na economia brasileira.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes de mais nada, estatísticas oficiais não computam grande parte das atividades econômicas desempenhadas pelas mulheres, pois foram planejadas para se conseguir informações sobre formas mais regulares de trabalho. Deste modo, atividades como o trabalho doméstico ou o trabalho remunerado domiciliar não são considerados em tais levantamentos de dados, sendo classificados na categoria de economicamente inativas. Este problema de sub-registro acaba escondendo um número muito maior de mulheres trabalhadoras.

Outro fator importante é o papel que a mulher exerce na família bem como sua função reprodutiva; assim, não basta analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho somente levando em conta fatores econômicos, uma vez que a necessidade de trabalhar bem como as possibilidades da mesma se ofertar ao mercado de trabalho dependem de fatores econômicos e da posição que ela ocupa na família. Esta disponibilidade é determinada por algumas características, tais como: idade, o estado civil, a escolaridade, a presença de filhos, a composição da família. Bruschini (1992: 53) considera a condição de maternidade a mais importante dessas características:

“ O número de filhos e a idade deles muitas vezes define se a mulher pode ou não ter um trabalho remunerado fora de casa, ou se terá que se dedicar ao trabalho doméstico ou a atividades informais no próprio domicílio, como estratégia possível de conciliação entre trabalho e família”.

Prosseguindo, a autora afirma que se a mulher for casada e tiver filhos pequenos, é provável que permaneça na casa uma vez que sua presença é necessária, principalmente se a família não puder pagar por apoio doméstico remunerado. No entanto, se a família for muito pobre de modo que o trabalho fora do lar seja fundamenta para a sobrevivência do grupo, a mulher sairá de casa para trabalhar, improvisando de algum modo o cuidado com as crianças. Se a mulher for solteira, as barreiras enfrentadas serão menores. E se for chefe de família irá buscar sempre o sustento do grupo, conciliando atividades domésticas e profissionais.

Outro ponto importante se refere às causas da penetração acentuada das mulheres no mercado de trabalho. Inicialmente, pensava-se que as mulheres estariam trabalhando cada vez mais fora do lar devido apenas à necessidade econômica, influenciadas pela deterioração dos salários reais dos trabalhadores; no entanto, os dados levantados mostravam que não somente as mulheres pobres entravam no mercado de trabalho, mas também aquelas pertencentes à camada média da população e as que possuíam maior grau de instrução.

Bruschini (ibid) retrata bem este processo de mudanças:

“ Concluiu-se então que, embora o aumento da pobreza fosse verdadeiro, e ainda que o crescimento econômico dos anos 70 tivesse se dado ao elevado custo social de uma impressionante concentração de renda, havia outras causas para explicar o novo comportamento feminino. Em primeiro lugar, a elevação, nos anos 70, das expectativas de consumo, em face da proliferação de novos produtos e à grande promoção que deles se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica, não só para as famílias das camadas médias, mas também para as de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo. Trabalhar fora de casa para ajudar no orçamento doméstico adquire novas possibilidades de definição, que se expressam de maneiras diferentes em cada camada social, mas que só se viabilizam pela existência de emprego. Nos anos 70, a expansão da economia, a crescente urbanização e o ritmo acelerado da industrialização configuraram um momento de grande crescimento econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive do sexo feminino”.

Também profundas modificações no comportamento e nos valores relativos ao papel da mulher aumentaram a oferta feminina no mercado de trabalho: queda da taxa de fecundidade, reduzindo o número de filhos por mulher e liberando-a para o trabalho; expansão da escolaridade e o acesso crescente das mulheres ao ensino superior. Essas conquistas em grande parte foram estimuladas pelo movimento feminista, que propiciou um ambiente favorável a uma maior participação da mulher nas atividades sociais.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS.

### • População Economicamente Ativa (PEA).

Sexo	1981			1989			Cresc. Relativo da PEA (em %)
	Pessoas com dez anos ou mais (em milhões)	Economicamente Ativas (em milhões)	Taxa de Atividade (em %)	Pessoas com dez anos ou mais (em milhões)	Economicamente Ativas (em milhões)	Taxa de Atividade (em %)	
Homem	43,7	32,6	74,6	53,5	40,5	75,8	24,2
Mulher	45,2	14,8	32,9	56,8	22,0	38,7	48,1

FONTE: BRUSCHINI (1992: 54).

Os dados tabelados mostram que no final dos anos oitenta havia cerca de 22 milhões de trabalhadoras no país.

Da tabela acima observamos que mais de 7 milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho entre 1981 e 1989, ou seja, temos um crescimento de 48 %, duas vezes o aumento relativo masculino. Ou seja, as mulheres apresentaram um crescimento expressivo, representando quase 35 % dos 62,5 milhões de trabalhadores brasileiros em 1989, o que não é não pode ser considerado desprezível.

• Taxa de Atividade por Sexo e por Faixa Etária - Grande São Paulo (1984-1985)

Sexo	Classes de Idade						
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais
Homem	17,8	72,2	92,8	97,0	89,9	69,4	31,9
Mulher	10,4	54,4	68,9	55,5	45,0	26,4	6,9

FONTE: HAGA (1986: 6).

(EM %)

Considerando-se a taxa de participação feminina, por faixa etária, nota-se que esta é significativamente maior na faixa de 18 a 24 anos, com quase 70 % de participação.

A partir dos 40 anos em diante, a participação da mulher no mercado de trabalho decresce de forma significativa.

Quanto aos homens, estes parecem entrar mais cedo no mercado de trabalho; entre os 15 e 17 anos a taxa de participação encontra-se acima de 70 %. Já dentro da faixa de 18 a 49 anos, a taxa de participação ultrapassa 90 %, sendo de aproximadamente 97 %, entre 25 e 39 anos. Observa-se que a maior taxa de participação feminina observada na faixa etária de 18 a 24 anos é igual a dos homens de 50 a 59 anos, quando os mesmos começam a sair do mercado de trabalho.

• Taxa de Atividade por Sexo, segundo posição na família - Grande São Paulo (1984-1985)

Posição na família	Mulheres	Homens
Chefe	55,2 %	85,2 %
Não - chefe	41,6 %	64,1 %

FONTE: HAGA (1986: 8)

A tabela acima nos fornece as taxas de participação masculina e feminina de acordo com a condição estabelecida (chefe ou não - chefe).

Da tabela nota-se que a posição de chefe de família implica, tal como se observa entre os homens nesta situação, uma carga de responsabilidade na manutenção de sua família, o que as leva a procurar trabalho e a exercer uma atividade remunerada. No entanto, não se pode concluir que a posição ocupada dentro da família seja o fator preponderante para determinar a saída da mulher em busca de trabalho fora do lar; na realidade, a condição de pobreza tem um maior peso na decisão, ou seja, mesmo que a mulher não esteja sob a condição de chefe, pode trabalhar fora de casa para auxiliar o marido, cujo rendimento pode não ser adequado ou suficiente para manter toda a família.

• Taxa de Atividade por Sexo, segundo nível de escolaridade - Grande São Paulo (1984 - 1985)

	Mulheres (em %)	Homens (em %)
Analfabetos	27,7	66,0
1º Grau Incompleto	38,3	71,1
1º Grau Completo	51,9	87,5
2º Grau Incompleto	60,8	86,2
2º Grau Completo	63,1	89,2
3º Grau Incompleto	74,0	90,4
3º Grau Completo	81,9	93,5

FORNTE: HAGA (1986: 7)

Existe uma grande associação entre a escolaridade feminina e a participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres mais instruídas são as que mais trabalham, porque podem ter atividades mais gratificantes ou bem remuneradas, que compensam os gastos com a infra estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar (Bruschini, 1992: 57). Pode-se notar pela tabela, que se entre as analfabetas a participação na força de trabalho é de 27,7 %, entre as mulheres com curso universitário completo esta taxa se eleva para 81,9 %. Esta é a mesma tendência observada para a população masculina, no entanto o aumento da taxa de participação feminina é proporcionalmente maior do que o observado entre os homens na medida que se eleva o nível de escolaridade.

Portanto um maior nível de instrução proporcionaria às mulheres maior participação no mercado de trabalho; Haga (1986: 7) também levanta algumas possíveis explicações para tal fato:

“De um lado, o mercado urbano moderno, em expansão na Região da Grande São Paulo, especialmente na Capital, abre novos postos e funções que exigem formação mais especializada. Este fato vem de encontro às crescentes expectativas da mulher em termos de realização na área profissional, expectativas estas tanto mais presentes quanto mais elevado o nível de escolaridade. De outro lado, é exatamente esse contingente feminino que pode lançar mão da utilização de creches, escolas maternas, empregadas domésticas, etc, se esta infra estrutura de apoio se fizer necessária para permitir o exercício de atividades profissionais fora de casa”.

• Distribuição percentual por setor de atividade e por sexo - Grande São Paulo, (1984 - 1985)

Setor de Atividade Econômica	Mulheres	Homens
Indústria de Transformação	25,2	36,6
Construção Civil	-----	5,2
Comércio	12,8	15,0
Serviços	40,3	41,0
Serviços Domésticos	20,8	0,9
Outros	0,6	1,1

FONTE: HAGA (1986: 11)

As mulheres enfrentam várias dificuldades quando vão trabalhar: encontram um leque mais estreito de ocupações do que os homens e ganham menos do que eles, além de concentrarem-se no setor terciário da economia e, dentro dele, no ramo de serviços, onde se encontram alguns dos empregos de mais baixo prestígio e remuneração, como o emprego doméstico.

Se compararmos a situação da mulher com a enfrentada pelo homem, a primeira se diferencia pela menor penetração na Indústria de Transformação, pela quase nulidade na construção civil e pela predominância nos serviços domésticos remunerados.

Como o setor de serviços e da indústria de transformação apresentam maiores taxas de participação dentre as atividades femininas, é interessante analisarmos quais são as modalidades exercidas pelas mulheres e homens dentro de cada um destes setores.

Ramos de Atividade	Mulheres	Homens
<b>Indústria de Transformação</b>	100,0	100,0
Metalúrgica	24,8	51,5
Química	10,0	9,7
Têxtil e Vestuário	40,4	9,9
Outras	24,9	29,3
<b>Serviços</b>	100,0	100,0
Oficinas	9,4	20,7
Especializados	8,4	8,5
Administração Pública	7,7	9,4
Creditícios e Financeiros	13,9	11,9
Alimentação	7,0	10,9
Educação	17,4	2,3
Saúde	14,5	3,4

FONTE: HAGA (1986: 11)

Pela tabela acima, verifica-se que as trabalhadoras da indústria de transformação concentram-se, sobretudo, nas indústrias têxteis e de vestuário (40,4 %), uma taxa muito superior à masculina; também chama a atenção a porcentagem de mulheres (24,8 %) que trabalham em metalúrgicas, sendo que destas, a maioria se encontra trabalhando como montadoras em fábricas de material elétrico e eletrônico. Haga (ibid: 11) coloca como justificativa para o fato de que as tarefas ligadas à montagem de equipamentos sejam mais adequadas às mulheres as próprias exigências de atenção e cuidado, paciência e destreza manual, características que por influências da questão de gênero são mais usualmente reconhecidas como femininas.

No setor de serviços, os ramos em que mais se concentram as mulheres são em educação (17,4 %), saúde (14,5 %) e em serviços creditícios e financeiros (13,9 %) . Por outro lado, os homens trabalham principalmente em oficinas de reparação (20,7 %), serviços creditícios e financeiros (11,9 %) e alimentação (10,9 %).

A concentração da mulher em atividades como saúde e educação estão diretamente relacionadas ao modelo ditado de mãe e protetora, responsável pelos cuidados e pela saúde da família, bem como pela educação dos filhos, ou seja, tarefas intimamente ligadas ao âmbito doméstico e qualificados como “femininas”.

• Distribuição percentual por faixa de rendimento mensal e por sexo.

Classes de Rendimento Médio Mensal	1981		1989	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem rendimento	8,3	13,9	8,9	12,5
Até ½ S.M.	9,2	23,0	6,3	16,3
Mais de ½ a 1 S.M.	15,6	19,3	13,6	17,3
Mais de 1 a 2 S.M.	26,9	23,2	21,6	22,3
Mais de 2 a 5 S.M.	26,7	15,2	27,6	20,0
Mais de 5 a 10 S.M.	8,1	3,8	10,9	6,4
Mais de 10 S.M.	4,8	1,2	10,4	4,6
Sem Declaração	0,4	0,3	0,7	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Apesar das conquistas de novos espaços, as mulheres encontram ainda dificuldades para ocupar cargos de chefia e ganham menos do que seus colegas em todas as ocupações. Os diferenciais de salários entre homens e mulheres aumentam nas ocupações de nível superior e de chefia e se mantém mesmo nas ocupações nas quais a participação feminina é mais acentuada, mostrando uma nítida discriminação contra a mulher.

## • CONCLUSÕES.

Embora não tenha constituído o objeto do presente estudo, visto tratar-se de iniciação ao tema, parece-me que um projeto de maior envergadura e profundidade revelar-se-ia importante e valioso subsídio, por exemplo, para a elaboração de políticas públicas de emprego, bem como orientar maior ou menor investimento *deste ou daquele* setor da economia.

Ratifica-se portanto a hipótese adotada que relaciona a questão de gênero à inserção da mulher no mercado de trabalho, delineando muito bem os papéis masculinos e femininos. Existe todo um processo dinâmico que cria e recria nichos de atuação de homens e mulheres por toda a atividade econômica, na maioria das vezes submetendo as mulheres a uma condição inferior à masculina. Estes valores culturais e psicológicos construídos, embora sejam passíveis de modificações ao longo do tempo e do espaço, podem ser considerados como um dos fatores responsáveis pela subordinação da mulher no trabalho. Para que tivéssemos uma visão mais abrangente da questão, seria necessário realizar a intersecção entre gênero, classe e etnia.

• BIBLIOGRAFIA.

AGUIAR, N. , "A mulher na força de trabalho: um balanço de perspectivas", IUPERJ.

BELOTTI, E. G. (1973), "Educar para a submissão", Editora Vozes, SP.

BRUSCHINI, C. (1992) in: Mercado Global, número 87.

BELOTTI, E. G. (1973), "Educar para a submissão", Editora Vozes, SP.

CARDOSO, I. (1980), "Mulher e trabalho", Cortez Editora.

CARNEIRO, S. (1994), " Mulher Brasileira é assim", in SAFFIOTI, H. e MUNÕZ-VARGAS, M. (orgs.) "Mulher brasileira é assim", Editora Rosa dos Tempos.

HAGA, Atsuko (1986), in: São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, SP.

KUHNER, M.H. (1977), "O desafio atual da mulher", Ed. Francisco Alves, RJ.

MACHADO, L. (1995), "Atores sociais: movimentos urbanos de gênero", Annablume, SP.

MADEIRA, F. & SINGER, P. (1975), "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970", Brasiliense.

MINGE, W. (1986), "Women's work", in Leacock, E. e Gaya, H. (orgs) "Women's work", Bergin & Garvey, Massachussets.

PERRICELLI, R. C. P. (1994), "Inserção da mulher no mercado de trabalho: Estado de São Paulo 1985/1990", São Paulo.